



# Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Impresso  
Especial

1000014810-DR/BSV  
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário  
e do Ministério Público da União no DF

Ano XVI - Nº 45 - Dezembro de 2007

**A conquista dos passivos**  
Págs. 7 a 14

**Sindjus participa do Dia da Justiça**  
Pág. 15, 18, 19, 20 e 21

**Conciliações são destaque no DF**  
Págs. 22 a 23

# JUSTIÇA:

## Dever de Todos



Em 2007, eu plantei uma árvore, reciclei o lixo,  
abraçei meu filho e disse obrigado.

Em 2008, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ . Atitude, tenha a sua.

Feliz Natal e um  
próspero ano novo.



[www.atitudetenhaasua.org.br](http://www.atitudetenhaasua.org.br)



Uma iniciativa **SINDJUS-DF**



## CARTAS

**SDS Ed. Venâncio V Bl. R**  
**Salas 108 a 114**  
**CEP 70393-900 – Brasília – DF**  
**PABX (61) 3224 - 9392**  
**www.sindjusdf.org.br**

### Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)  
 Roberto Policarpo Fagundes (TRT)  
 Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

### Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)  
 Cledo de Oliveira Vieira (TRT)  
 Jailton Manguera de Assis (TJDF)

### Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Eliza de Sousa Santos Ávila (STF)  
 José Oliveira Silva (TJDF)  
 Newton José Cunha Brum (TST)

### Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Carlos Alberto de Araújo Costa (TJDF)  
 Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)  
 Raimundo Nonato da Silva (STM)

### Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Orlando Noleto Costa (TSE)  
 Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)  
 Valdir Nunes Ferreira (MPF)

### Redator responsável

TT Catalão  
 Reg. Prof. 685-DF

### Assistente

Cynthia de Lacerda Borges

### Textos

Hylida Cavalcanti  
 Daniel Campos  
 Fabíola Gois

### Fotos

Bruno Fernandes  
 Rodrigo Nunes  
 Roberto Stuckart

**Projeto Gráfico**  
**EXTREMA**  
 3033-5255

### Tiragem

10.000 exemplares

“Meu filho me pediu a revista do mês passado para levar à escola. Ele tem 11 anos, está na quinta série. A professora pediu para levar algo que representasse o trabalho dos pais. O filho de um médico levou um estetoscópio. O filho de um engenheiro levou uma calculadora. E meu filho levou a revista do Sindjus. Acho que isso explica a importância que essa revista tem para mim”.

### Sandra Moreira

“Encaixei-me perfeitamente em duas matérias trazidos pela edição de novembro. A da insônia e a do combate às dores femininas. É mais do que momento de se fazer justiça com o sexo feminino. Apóio iniciativas como essa de tratar as mulheres com o respeito que ela merece. Quanto à revista, bela iniciativa em trazer temas tão comuns e que são deixados de lado muitas vezes mídia”.

### Maria do Carmo

“Acompanhei toda essa luta pelos passivos e queria dar meus parabéns ao Sindjus e, ao companheiro Roberto Policarpo, por fazer valer toda a confiança que depositamos nessa entidade e em seus representantes. Ajuizar a ação popular foi uma prova de que nós não aceitamos ser deixados de lado.”

### Michele Dutra

“Valeu Policarpo e demais companheiros do Sindjus por todo empenho nessa batalha de nervos que estamos travando para receber nossos atrasados. Depois que fiquei sabendo dessa ação, tive a certeza de que estou no sindicato certo”.

### Sabrina Menezes

“Também sou negro e testemunha de que o racismo ainda existe, principalmente, nas relações políticas dentro e fora de órgãos como o Judiciário. Quero parabenizar a juíza Luislinda Valois por sua história de vida e por seu trabalho em defesa da justiça. Fiquei emocionado. É por essas e outras que a gente acredita num futuro melhor”.

### Fábio Gusmão

“Fiquei um pouco mais tranqüila depois que li “Espalhei para todos os meus colegas de trabalho, para os meus vizinhos de condomínio, para

os meus parentes, principalmente para os meus filhos a campanha ‘Atitude tenha a sua!’. Abracei essa campanha de corpo e alma e estou confiante de que ainda dá tempo de construir um mundo melhor. Com essa campanha, encontrei uma motivação a mais para preencher, de forma saudável, o meu tempo extra.

### Renato Mourão

“Eu não tinha a dimensão exata do trabalho do Conselho Tutelar. É de se ficar impressionado com a grandiosidade desses homens que, como fala a matéria, parecem anjos. Muitas vezes a gente só se preocupa com o nosso trabalho, com a nossa casa e nos esquecemos que há uma realidade lá fora. Crianças e mais crianças precisando de apoio. Matérias como essa nos sacodem e nos fazem olhar a vida de outra forma”.

### Juliana Monteiro

“Particpei do 1º Concurso Literário Raquel de Queiroz e vou me inscrever novamente. Sempre cobrei do sindicato iniciativas culturais que impulsionassem o talento dos servidores. Esse concurso literário é um prêmio para todos os que lutam para mostrar o seu talento”.

### Fátima Sousa

“Atuo na área de informática e sou defensor da informatização do Judiciário. A qualidade no trabalho de um órgão informatizado é maior do que se imagina. Com a informatização, servidores poderão se dedicar a tarefas mais elaboradas, potencializando esforços para construir uma justiça mais eficiente, justa e célere. Dessa forma, contribuiremos para diminuir também o apartheid digital e social enfrentado por nosso país”.

### Fernando Costa

“Sou adepto dos cursos à distância. Em dias corridos como o de hoje, que a gente tem de se dividir entre o trabalho e a família, o ensino à distância é uma ótima alternativa. Estou muito feliz por estar me especializando em uma instituição de credibilidade e ainda usufruindo de um belo desconto no valor da mensalidade, graças a um convênio firmado entre a entidade educacional e o Sindjus”.

### Priscila Martins

Envie seus comentários ou sugestões de pauta para [cartas@sindjusdf.org.br](mailto:cartas@sindjusdf.org.br)



# Operários em construção

*“Ergueu no patamar quatro paredes sólidas  
Tijolo com tijolo num desenho mágico”*

*Chico Buarque*

**“Pouco se sabe sobre o dia-a-dia dos servidores que erguem no patamar quatro paredes sólidas e, tijolo por tijolo num desenho mágico, transformam em realidade o sonho de justiça de muitos brasileiros”.**

Neste mês, comemoramos o Dia da Justiça. E o Sindjus comemora, de maneira especial, externando essa data a todos os que, diariamente, trabalham por uma justiça mais justa, mais célere e mais eficiente. Estou falando dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal, os construtores da justiça, que com muito orgulho este sindicato representa.

Para levarmos essa comemoração ainda mais para perto do seu universo, o Sindjus desenvolveu uma cartilha, que será distribuída aos cidadãos que queiram saber um pouquinho mais sobre essa complexa engrenagem chamada Justiça. Afinal, o que é justiça? Como ela funciona? O que fazem seus servidores? De maneira didática e com uma linguagem simples, vamos responder a essas perguntas e fazer não só do dia 8, mas de todo o mês de dezembro, e por que não dos outros meses também, um tempo dedicado à justiça.

Pouco se sabe sobre o dia-a-dia dos servidores que erguem no patamar quatro paredes sólidas e, tijolo por tijolo num desenho mágico, transformam em realidade o sonho de justiça de muitos brasileiros. Essa cartilha batizada de “A justiça começa pela informação”, tem uma missão dupla: amenizar as dificuldades trazidas pela falta de conhecimento sobre o funcionamento do Judiciário e do MP e formar uma geração mais consciente e atuante em relação à justiça.

É com muita alegria que vejo o nascimento dessa cartilha onde as personagens principais são pessoas como você. Independentemente de ser auxiliar, técnico ou analista, de trabalhar no tribunal ou nos mais diversos ramos do MPU, você é a estrela desse material. Dessa forma, os servidores oferecem à sociedade, em geral, uma importante ferramenta para fazer uso da justiça. Mais uma vez, por meio de seu trabalho e de sua atuação, os servidores dão um presente, recheado de cidadania, para a população. Parabéns aos operários em construção que tornam possíveis realizações como essa.

**Roberto Policarpo**



**José Geraldo de Souza Junior**

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

## Uma Concepção Alargada de Acesso à Justiça

O acesso à justiça é um fenômeno muito mais complexo do que à primeira vista pode parecer. Se, ao limite, pudermos alargar esse conceito, o plano mais amplo que poderíamos lograr concebê-lo, seria, talvez, pensá-lo como um procedimento de tradução, ou seja, como uma estratégia de mediação capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis para o reconhecimento de saberes,

de culturas e de práticas sociais que formam as identidades dos sujeitos que buscam superar os seus conflitos, o que faz do acesso à justiça algo mais abrangente que acesso ao judiciário.

Esta mediação leva, conforme sugere Boaventura de Sousa Santos, a criar condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência, mas que buscam criar sentidos e direções para práticas de transformação social e de realização de justiça, mediadas por um direito que se pode dizer achado na rua.

Fora desse contexto emancipatório o que resta é a configuração do acesso à justiça como objeto delimitado, mesmo considerados os dois níveis de acesso: igualdade constitucional de acesso representado ao sistema judicial para resolver conflitos e garantia e efetividade dos direitos no plano amplo de todo o sistema jurídico. Não por outra razão, Boaventura de Sousa Santos sugere que a estratégia mais promissora de reforma da justiça está na procura dos cidadãos que têm consciência de seus direitos, mas que se sentem impotentes para os reivindicar quando violados. Intimidam-se ante as autoridades judiciais que os esmagam com a linguagem esotérica, o racismo e o sexismo mais ou menos explícitos, a pre-

sença arrogante, os edifícios esmagadores, as labirínticas secretarias.

Considerado o nível mais restrito, o sistema judicial se consolida justamente em seu fechamento democrático, na medida em que o seu conceito de acesso mina possibilidades de participação popular na interpretação de direitos; esgota a porosidade entre ordenamentos jurídicos hegemônicos e contra-hegemônicos; constituídos e instituídos pela prática dos movimentos sociais.

O nível restrito do acesso à justiça, portanto, se reafirma no sistema judicial. O nível mais amplo do mesmo conceito se fortalece em espaços de sociabilidade que se localizam fora ou na fronteira do sistema de justiça. Contudo, ambos os níveis se referem a uma mesma sociedade, na qual se pretende o exercício constante da democracia.

Claro que, numa perspectiva de alargamento do acesso democrático à justiça, não basta institucionalizar os instrumentos decorrentes desse princípio, é preciso também reorientá-los para estratégias de superação desses mesmos pressupostos. Principalmente pelo Poder Judiciário que se mostrado extremamente recalcitrante à abertura de espaços para a ampliação das condições democráticas de realização da justiça.

Nesse sentido, algumas contradições precisam ser resolvidas. Primeiro, criar con-

dições para inserir no modelo existente de administração da justiça, a idéia de participação popular que não está inscrita em sua estrutura; segundo, superar o obstáculo de uma demanda de participação popular não estatizada e policêntrica, num sistema de justiça que pressupõe uma administração unificada e centralizada; terceiro, fazer operar um protagonismo não subordinado institucional e profissionalmente, num sistema de justiça que atua com a predominância de escalões hierárquicos profissionais; quarto, aproximar a participação popular do cerne mesmo da salvaguarda institucional e profissional do sistema que é a determinação da pena e o exercício da coerção; quinto, considerar a participação popular como um exercício de cidadania, para além do âmbito liberal individualizado, para alcançar formas de participação coletiva assentes na comunidade real de interesses determinados segundo critérios intra e trans-subjetivos.

Pode residir aí a situação percebida pela juíza Gláucia Falsarelli Foley, responsável em Brasília, pelo programa de justiça comunitária, quando se refere ao conjunto de movimentos necessários para impulsionar a universalização do acesso à Justiça, pleiteando, assim, por uma Justiça sem jurisdição porque efetivamente operada na comunidade, para a comunidade e, sobretudo, pela comunidade.

**"Claro que, numa perspectiva de alargamento do acesso democrático à justiça, não basta institucionalizar os instrumentos decorrentes desse princípio, é preciso também reorientá-los para estratégias de superação desses mesmos pressupostos".**



Os servidores, no ato realizado pelo Sindjus em frente ao STF, em outubro passado

# Passivos: uma campanha de coragem

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, no último dia 28, Processo Administrativo proposto pelo Sindjus sobre os passivos trabalhistas dos servidores da Casa. O resultado, mais do que uma vitória para os servidores, desencadeou uma série de negociações entre o sindicato e vários tribunais para a quitação de pendências semelhantes, que desde o início do segundo semestre vinham sendo pleiteados pelo Sindjus.

Esse posicionamento das administrações dos tribunais também é observado como mérito da postura dos servidores, que confiaram na força e no poder de articulação do seu sindicato, mesmo sendo

vítimas de campanha velada de alguns tribunais - que disseminaram boatos e mentiras com o objetivo de fazer crer que este ano não seria pago mais nada referente a passivos, devido à ação popular impetrada pelo coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo.

## ENTENDA A LUTA DO SINDJUS

No início de julho, o Sindjus intensificou a luta pelo pagamento de vários passivos que os tribunais possuem com os servidores, que como forma de garantir que estas pendências viessem a ser quitadas. Em função disso, foi estabelecido um cronograma de pagamento

para que, até o fim do ano, todas as parcelas dos atrasados dos servidores fossem depositadas em seus contracheques. Mobilizações diversas com servidores e audiências de representantes do sindicato com os presidentes dos tribunais e com a presidente do STF/CNJ (Conselho Nacional de Justiça), ministra Ellen Gracie, foram realizadas ao longo desse período.

## AUDIÊNCIAS

Na primeira audiência, o coordenador-geral do Sindjus conversou com a presidente do STF para tratar do pagamento de questões como os 11,98% (o principal e os juros),

os quintos e o valor retroativo ao enquadramento – todos, incluídos entre os passivos. A ministra Ellen Gracie, na época, se queixou do orçamento dos tribunais, mas se comprometeu a trabalhar para garantir recursos para esses pagamentos. E afirmou que, se dependesse dela, os servidores receberiam tudo até o final do ano.

Outras audiências foram realizadas com as administrações dos tribunais, como a que Policarpo teve com o presidente do STM, ministro Marini e Souza, logo após reunião dos servidores no órgão para tratar sobre o assunto.

Os servidores ainda esperavam o resultado do empenho da ministra Ellen Gracie, quan-

**Qualquer cidadão é legítimo para propor uma ação popular como a ajuizada por Policarpo, que é garantida pela Constituição Federal, com o objetivo de anular ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa.**

do foram apunhalados pela decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, mais uma vez, os preteria em favor dos magistrados. O CNJ acolheu pleito dos magistrados e declarou que eles têm direito a receber adicionais por tempo de serviço e quinquênios, até maio de 2006. Com a medida, o dia 25 de setembro, data dessa decisão, foi marcado pela certeza de que o pagamento dos passivos dos servidores corria risco.

### INCONSTITUCIONALIDADE

O mais curioso é que as tais verbas a serem pagas aos juizes haviam sido extintas e absorvidas pelo subsídio mensal dos magistrados desde a lei que fixou o teto dos ministros do STF (Lei 11.143/2005). Ultrapassando seus limites jurisdicionais, o CNJ autorizou a administração dos órgãos de todas as esferas do Poder Judiciário a promoverem o pagamento imediato desses valores.

*A luta pelos passivos reuniu servidores de todos os órgãos do Judiciário*

### MOBILIZAÇÕES

Sem permitir a configuração desse abuso administrativo, o Sindjus, durante todo o mês de outubro, mobilizou a categoria em manifestações setoriais para conscientizar os servidores sobre a atual situação a ser enfrentada e para pressionar os tribunais a pagarem o que deviam.

As mobilizações seguiram os seguintes roteiros e datas: foram iniciadas no dia 09/10, no STM; 11/10 no TRE; 16/10, no STJ/CJF; 18/10 no TRF/JF; 23/10 no TRT; 25/10 no TJDF e culminou com um ato público - com a participação de servidores de todo Judiciário - no dia 31/10, em frente ao STF.

Os servidores atenderam a essas manifestações e fizeram muito barulho para que se respeitasse a ordem. Em cada reunião, em cada local de trabalho, deixaram claro para os dirigentes sindicais que não aceitavam que o pagamento dos juizes fosse realizado antes do deles. E pediram para o

sindicato intensificar a pressão, para tomar atitudes mais enérgicas, como forma de frear essa injustiça histórica.

### OFÍCIOS

Reafirmando a tradição de mobilização e negociação, o Sindjus enviou ofícios a todos os tribunais exigindo o respeito à ordem cronológica dos pagamentos. O Sindjus sempre deixou claro que estava disposto a negociar com os tribunais, inclusive, pedindo que buscassem créditos suplementares junto ao Ministério do Planejamento, de forma a permitir a quitação destas pendências.

O sindicato também destacou nos ofícios que, embora os órgãos do Judiciário tenham reconhecido aos seus servidores vários direitos, alguns tribunais há bastante tempo não promoveram o pagamento porque reiteradamente alegam falta de recursos. E caso o pagamento aos magistrados acontecesse antes do pagamento dos servidores, que detêm créditos anteriormente constituídos, esse procedimento seria configurado como um privilégio injustificado, que deixaria no ar a seguinte pergunta: por que há dinheiro para pagar os magistrados e falta dinheiro para pagar os servidores?

### PRIMEIRAS VITÓRIAS

Diante das mobilizações e dos ofícios, os servidores começam a obter as primeiras vitórias. No TJDF, a pressão foi tamanha que eles cederam um dia antes da data da mobilização. Também sinalizaram com pagamentos o STM e o STJ.

### SEGUNDA REUNIÃO

No dia 31 de outubro, Roberto Policarpo reuniu-se mais uma vez com a ministra Ellen Gracie para exigir o pagamento imediato dos passivos. Na



condição de representante da categoria, Policarpo disse à ministra que os servidores não aceitariam que os juízes recebessem antes deles. A ministra, mais uma vez, comprometeu-se a buscar recursos para efetuar o pagamento de todos os atrasados dos servidores e determinou que o diretor-geral do Tribunal, Sérgio Pedreira, programasse uma reunião com a secretária de Orçamento da SOF e com todos os diretores dos tribunais superiores para tentar resolver a situação o quanto antes.

## MÁ NOTÍCIA

Tudo parecia encaminhado, quando, no início de novembro, chegou a notícia de que vários tribunais já estavam com as folhas dos magistrados prontas para o pagamento de seus benefícios ao tempo que não teriam verba para efetuar a quitação dos passivos dos servidores. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) chegou a pedir às administrações que se abstivessem do pagamento de alguns passivos. Ou seja: estava mais do que claro que, em 2007, os servidores não receberiam mais um centavo sequer referente aos atrasados.

## ÚLTIMA ESPERANÇA

Sabendo dessa manobra, a diretoria colegiada do Sindjus se reuniu e escolheu seu coordenador-geral para tentar reverter o resultado dessa batalha, praticamente perdida. Cumprindo o compromisso firmado com a categoria em todas as mobilizações, Roberto Policarpo aceitou o desafio de ajuizar uma ação popular, com pedido de liminar em seu nome, para suspender os pagamentos dos juízes. Uma ação que traduz toda a coragem contida nesta campanha e que reascendeu a esperança



*Nas mobilizações imperaram a bandeira do Sindjus e o adesivo que pede o pagamento dos atrasados dos servidores*

dos servidores em receber seus passivos.

## O QUE É ESSA AÇÃO

Qualquer cidadão é legítimo para propor uma ação popular como a ajuizada por Policarpo, que é garantida pela Constituição Federal, com o objetivo de anular ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa. Ou seja, a proposta do pagamento dos magistrados da forma como seria feita se enquadrava nessas duas condições.

Embora a ação atendesse às condições acima, a Súmula nº 365, do STF, impede que as pessoas jurídicas proponham ações populares. Em outras palavras: o Sindjus estava impedido de fazê-la. Não restou outro caminho senão o de escolher um dirigente sindical para efetivar essa ação e impedir que os servidores fossem passados para trás.

## CNJ RECUA

No dia 20 de novembro, diante da repercussão da ação

popular, o Conselho Nacional de Justiça recuou e determinou a suspensão de todo e qualquer pagamento de verba extra a juízes federais, trabalhistas e militares até o julgamento, pelo STF, da ação popular que contesta a legalidade do recebimento destas verbas. O CNJ também determinou aos tribunais que sustentassem outros pagamentos de retroativos de verbas remuneratórias e indenizatórias reconhecidas a magistrados e servidores em decisões administrativas, implantando um clima de apreensão na categoria.

No entanto, o Conselho determinou um prazo de 15 dias para que todos os tribunais enviassem a relação de todos os passivos pendentes de pagamento. A decisão do CNJ de suspender todo e qualquer pagamento pôde ser entendida de duas formas: primeiro, como uma tentativa de acabar de vez com os privilégios da magistratura na ordem dos pagamentos e, segundo, como retaliação.

## TJ DENUNCIA QUE CNJ RETALIA SERVIDORES

**O Sindjus sempre deixou claro que estava disposto a negociar com os tribunais, inclusive, pedindo que buscassem créditos suplementares junto ao Ministério do Planejamento, de forma a permitir a quitação destas pendências.**

No dia 23/11, o TJDF utilizou a Intranet do tribunal para dizer que os servidores teriam seus pagamentos de verbas, tais como auxílio-creche e férias vencidas suspensos pelo CNJ em retaliação à ação popular impetrada por Roberto Policarpo. A despeito de ter um conteúdo duvidoso, a informação preocupou sobremaneira os servidores.

## BOLETIM TRANQUILIZA A CATEGORIA

Em 26/11 o Sindjus lançou um boletim informativo especial, esclarecendo as dúvidas dos servidores e denunciando que a decisão deles não receberem nada este ano já estava

tomada por parte dos tribunais antes mesmo da ação ser ajuizada por Policarpo. Informou, também, que os juízes, apesar de formarem a direção dos tribunais - e, em consequência terem grande poder de influência nos demais poderes - ainda utilizavam o recurso de questionar decisões que beneficiavam os servidores.

Dentre os diversos casos que poderiam ser apresentados como exemplo, o sindicato escolheu da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) para apresentar à categoria. A Anamatra, em 2002, entrou com uma ação no Tribunal de Contas da União (TCU) contra o deferimento do pedido de

incorporação dos quintos pelos servidores do TST. O que mostrou que, infelizmente, o discurso da moralidade e da transparência só vale quando o interesse que está em jogo por parte da entidade é de seus associados – os magistrados.

## STF APROVA AÇÃO DO SINDJUS E PAGA PASSIVOS

Com a decisão do STF, em 28/11, de aprovar o Processo Administrativo proposto pelo Sindjus sobre os passivos trabalhistas dos servidores da Casa, esses funcionários vão receber o valor retroativo aos juros dos 11,98% - posto que a quantia principal já havia sido paga. A relatora do processo, ministra

Carmem Lúcia, que relatou favoravelmente ao pedido do Sindjus, afirmou que o caso não é de aumento, mas de reconhecimento a um direito.

Mais do que a votação, o posicionamento dos ministros deve ser comemorado como mais uma conquista dos servidores, que tanto lutaram pelo pagamento dos passivos e que agora, finalmente, podem ter a certeza de que vão receber.

Na noite desse mesmo dia, Roberto Policarpo fez contatos com os diretores-gerais dos outros tribunais para demonstrar a necessidade de agilizar os pagamentos também na Justiça do Trabalho, STJ, STM, Justiça Eleitoral e Justiça Federal.

## Informações que os servidores precisam saber:

### POR QUE ROBERTO POLICARPO?

A decisão de Policarpo ingressar com a ação partiu da diretoria colegiada do Sindjus que, de forma democrática, escolheu o nome de seu coordenador-geral para ajuizar a ação popular. Em razão de seu histórico de lutas e de seu perfil de fidelidade com a categoria, Policarpo foi o nome escolhido. Como era de se esperar, não decepcionou o desejo dos servidores e aceitou o desafio, mesmo sabendo das turbulências que essa decisão iria causar. Afinal, se tratava de um servidor público contra uma legião de magistrados.

### APOIO DOS COMPANHEIROS

“Escolher o nome de Ro-

berto Policarpo para ajuizar essa ação foi uma decisão difícil. E não falo em razão da competência, posto que era o nome certo para fazer isso. O problema seriam as represálias e as críticas que ele iria sofrer. É diferente um sindicato de dez mil filiados lutar por um direito coletivo e um único servidor dar a sua cara à tapa para encerrar uma briga dessa magnitude. O desafio foi muito grande”, afirmou o coordenador de Administração e Finanças do sindicato, Cleo Oliveira.

“A decisão de escolher alguém para assinar essa ação se tornou a última alternativa de milhares de servidores que sonhavam em receber seus atrasados. Chegamos a pensar: ou entramos com essa ação popular ou jogamos a toalha. Como não somos de nadar, nadar e morrer na praia escolhemos aquele que, para nós, naquele momento, seria o nome ideal. Roberto participou ativamente de toda a campanha pelos atrasados,

havia se reunido pessoalmente várias vezes com a presidente do STF. Foi a decisão acertada”, externou a coordenadora de Comunicação, Cultura e Lazer do Sindjus, Sheila Tinôco.

### POR QUE A AÇÃO POPULAR?

Do ponto de vista processual, os servidores não têm interesse de agir contra a decisão do CNJ. A anulação do PP 1069 não traz nenhuma vantagem jurídica aos servidores do Poder Judiciário, isto é, do ponto de vista técnico. Mas essa batalha se configurou numa batalha política, na qual, por meio de articulações internas, os magistrados privilegiam seus próprios interesses. E essa situação política é abstrata para justificar uma ação.

A decisão ilegal do Conselho em pagar os juízes não diz respeito aos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, o que impede o ajuizamento de ações coletivas.

Ou seja: o sindicato estaria impedido de agir judicialmente contra o CNJ. O único caminho judicial possível foi atacar a decisão do Conselho por meio de uma ação popular, impedindo o seu propósito político – o de preterir os servidores.

### O QUE SE PEDE NA AÇÃO POPULAR?

Na ação popular nº 1488/DF, o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, pede que o STF anule a decisão proferida pelo CNJ no Pedido de Providências nº 1069. A anulação atingirá apenas a declaração ilegal do Conselho de que os magistrados têm direito de receber o adicional por tempo de serviço e quinquênios até o mês de maio de 2006. Ilegal, porque tais verbas, desde a Lei que fixou o subsídio dos ministros do STF (Lei 11.416, de 26 de julho de 2005), foram extintas e absorvidas pelo subsídio mensal.

# Repercussão no Judiciário e na mídia

A ação de Policarpo teve grande repercussão no meio sindical, na categoria, no âmbito dos magistrados e na mídia nacional, que ficou do lado dos servidores, fortalecendo a decisão do Sindjus/DF.

## CONFIRA AS MANCHETES:



## LUTAR POR NOSSOS DIREITOS, POR SI SÓ, VALE A PENA

Daniel Campos

Nesta edição de dezembro, a Revista do Sindjus entrevistou o coordenador-geral do sindicato que ajuizou, em seu nome, a ação popular que impediu o pagamento dos magistrados. Em sua mesa, com o olhar compenetrado de sempre, Policarpo discorreu sobre o resultado dessa ação, o que tem sentido e enfrentado nos últimos dias. De forma tranqüila, o dirigente sindical de várias conquistas e uma vontade de lutar interminável falou sobre o episódio.

**Revista do Sindjus - Esta revista traz, em matéria especial, a construção, passo a passo, da ação popular que impediu que o pagamento dos magistrados fosse feito antes dos servidores. Essa ação repercutiu de uma maneira muito forte. Você esperava uma reação desse porte?**

**ROBERTO POLICARPO** - A notícia repercutiu em toda a categoria de maneira muito forte sim. Agora, havia quem estava preparado para uma ação como essa e quem não estava e se surpreendeu. Quem participou de nossas mobilizações e acompanhou nossos informativos recebeu essa ação com grande simpatia. Afinal, era esse o desejo da categoria. Eu agi de acordo com o que pensa a maioria dos servidores que represento. Por outro lado, quem estava um pouco distante da nossa atuação diária, levou um susto. No entanto, essas pessoas estão se conscientizando de que tomamos a atitude correta.

**Revista do Sindjus - Você tem sido muito cobrado?**

**ROBERTO POLICARPO** - Independentemente dessa ação, sempre fui muito cobrado. O importante, no meu ponto de vista, é ter condições de ser cobrado. E eu tenho a consciência tranqüila conferida pela decisão da maioria da diretoria colegiada do Sindjus e da própria categoria, que não queria ser passada para trás. Mas em nenhum momento fugi com minha responsabilidade. Tenho feito questão de atender a todos aqueles filiados que ligam diariamente em nosso sindicato para explicar, tirar as dúvidas, esclarecer pontos que ainda podem estar obscuros. Esse confronto de opiniões é extre-



*Policarpo: "Em nenhum momento fugi com a minha responsabilidade".*

mamente saudável no ambiente político em que vivemos.

**Revista do Sindjus – Em algum momento você se arrependeu de ter aceitado esse desafio?**

**ROBERTO POLICARPO** - Eu me arrependeria se não tivesse aceitado. Tenho plena convicção de que cumpri o meu papel. Aquela ação não leva apenas o meu nome, mas o de muitos Antônio, Marias, João, José, Francisco, Robertas, e outros tantos que assinaram, simbolicamente, aquele documento comigo. Fui apenas o instrumento da vontade de uma

maioria. Afinal, quem é que queria ser passado, mais uma vez, para trás?

**Revista do Sindjus - O que você espera dessa ação?**

**ROBERTO POLICARPO** - A ação não garante o nosso pagamento, mas garante os recursos para viabilizar o nosso pagamento. Se há recursos, que os servidores, que estão há mais tempo na fila, recebam de acordo com a anterioridade do crédito. Em cada Tribunal, escuto que eles têm vontade de pagar os atrasados, só não o fazem porque faltam recursos para isso. Pois bem, agora



restará dinheiro para pagar os direitos dos servidores.

### Revista do Sindjus - Quais os próximos passos?

**ROBERTO POLICARPO** – No dia seguinte ao ajuizamento da ação comecei a trabalhar para garantir os nossos passivos. Procurei os diretores-gerais, o presidente do STJ, deputados, advogados, associações e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), estabelecemos várias frentes. Também vamos continuar mobilizando a categoria para exigir o pagamento imediato dos passivos enquanto esperamos o resultado da

ação do STF.

### Revista do Sindjus – Os servidores podem continuar cultivando a esperança de receber os passivos?

**ROBERTO POLICARPO** - No dia em que eu deixar de ter esperança, deixarei não só o sindicato, mas a minha condição de servidor público. Considero essencial para a nossa categoria a capacidade de mobilização em face de alguma esperança. Se não tivermos esperança, se deixarmos de sonhar, vamos fazer o quê? Esperar a boa

vontade de alguma autoridade? A decisão recente do STF em aprovar a nossa ação para pagamento dos passivos daqueles servidores é a prova de que temos todas as condições de sair vitoriosos dessa luta. Essa decisão influencia outros tribunais a fazerem o mesmo – dar aos seus servidores o que lhes é de direito.

### Revista do Sindjus - Qual é a lição que os servidores podem tirar disso tudo?

**ROBERTO POLICARPO** - A de que ficou clara, em âmbito nacional, a divisão entre magistrados e servidores. Para uns, todos os privilégios, os benefícios, as vantagens. Para os outros, as migalhas, a desvalorização, o descaso. E, acima de tudo, ficou a certeza de que eu estou do lado certo. Do lado da justiça e dos servidores que confiam e acreditam em dias mais justos.

### Revista do Sindjus - Qual é o seu recado para os servidores?

**ROBERTO POLICARPO** - Eu queria agradecer a confiança de todos e dizer que a hora é agora. Estamos em um momento decisivo e o resultado dessa luta, que ganhou proporções ímpares, depende da nossa mobilização. Temos dois caminhos a seguir. O primeiro é o de ficar amedrontados, calados, de braços cruzados e abaixar a cabeça. O segundo é o de aderir às mobilizações do sindicato. Essa escolha compete a cada um. Mas quem optar pela segunda opção pode ter a certeza de que me encontrará. Eu estarei lá, esperando cada servidor de coragem e garra, com a bandeira em punho e uma certeza maior: a de que lutar por nossos direitos, por si só, vale a pena.

**“Tenho plena convicção de que cumpri o meu papel. Aquela ação não leva apenas o meu nome, mas o de muitos”.**

# Servidores do Brasil se solidarizam com a coragem e a responsabilidade do gesto do Sindjus/DF

*A cada dia chegam declarações de todos os cantos do Brasil externando apoio à atitude do sindicato em ajuizar a ação em nome de Roberto Policarpo. Veja, aqui, algumas delas.*

## O SINJEAM ESTÁ COM O SINDJUS

“Os servidores do eleitoral do Amazonas, bem como os demais colegas do Judiciário Federal e MPU vêm sofrendo há anos com a postergação do pagamento de passivos. Não é justo que todas as vezes sejamos preteridos, que nossos pleitos fiquem relegados a segundo plano e postergados. Merecemos mais respeito do Governo. O Sindjus-DF está de parabéns por encampar mais esta luta. Contem com o apoio dos colegas aqui do Amazonas”.

Antenor Braga  
Presidente Sinjeam

## O SINJE/CE APLAUDE INICIATIVA DO SINDJUS

“O pagamento dos passivos dos servidores é um ato de Justiça e um dever legal que não pode ser postergado. A posição de vanguarda assumida pelo Sindjus é meritória e deve receber o apoio de todos. Afinal, a união faz a força e será a força da categoria que certamente vai prevalecer sobre qualquer outra pretensão com investida de quem quer que seja”.

Eliete Maia  
Presidente do Sinje/CE

## O SINJUTRA PARABENIZA ATITUDE DO SINDJUS

O Sinjutra – Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho no Paraná – parabeniza o Sindjus pela atitude corajosa de tentar barrar a imoralidade perpetrada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que autorizou o pagamento de valores indevidos aos magistrados federais de todo o país, por ocasião da definição do teto do judiciário. Esta atitude nos enche de orgulho e saibam vocês que, neste aspecto, contam com o apoio do Sinjutra/PR sempre que esta entidade tomar iniciativas similares, contribuindo para a moralidade no serviço público.

Comissão Provisória do Sinjutra/PR

## O SINDJUF - PA/AP APÓIA AÇÃO DO SINDJUS

Nós, do Sindjuf do PA/AP, não podemos deixar que, mais uma vez, nossas esperanças de receber aqueles passivos sejam preteridas por uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Avaliamos que o remédio invocado pelo companheiro Roberto Policarpo não fugiu à defesa de nossos interesses. Sua ação merece, sim, a reflexão de todos nós para que possamos, irmanados, buscar a unificação de nossa base para barrar mais essa tentativa de sermos preteridos diante de uma decisão, em tese, corporativa, sem sustentação jurídica e, aos olhos da ética do Direito, imoral.

Diretoria Colegiada do Sindjuf – PA/AP

## O SINTRAJUF/PE DESTACA AÇÃO DO SINDJUS

A ação popular movida pelo coordenador do Sindjus, Roberto Policarpo, impediu que pagamento de verba extra aos juizes fosse feito antes dos passivos dos servidores, alguns devidos há 13 anos. Embora o pagamento dos servidores esteja sendo protelado por vários anos, alguns desde 1994, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu priorizar o pagamento para juizes, aprovado em setembro deste ano. Caso não houvesse a ação popular, a verba extra dos magistrados seria paga na folha de novembro.

Direção do Sintrajuf/PE

## SERVIDORES DE SERGIPE ESTÃO COM O SINDJUS

Em nome dos auxiliares judiciários de Sergipe e do Brasil, venho externar a nossa solidariedade ao coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, na qualidade de guardião e representante de toda categoria de servidores. Estou acompanhando toda a trajetória dos seus esforços junto aos tribunais superiores com vista a buscar uma solução para o pagamento dos preteridos passivos, posto que, lamentavelmente, os servidores acabam sempre no esquecimento. A atitude do TJ em suas declarações é um verdadeiro atentado à autonomia sindical, bem como uma agregação a todos os servidores representados, o que desde já repugno.

Gilberto Nascimento  
Servidor do Judiciário de Sergipe

# Sindicato é um dos parceiros do Programa Ação Justiça

*Evento tem o propósito de apresentar detalhes sobre funcionamento do Judiciário*

Será que todas as pessoas no Brasil conhecem, realmente, o papel do Ministério Público? E o trabalho realizado por um juiz Federal ou juiz de Direito? E a defensoria pública? Será que sabem como é o cotidiano de um tribunal superior? No dia 8 de Dezembro, quando se comemora o Dia da Justiça, a sociedade do Distrito Federal (DF) terá a oportunidade de ficar mais próxima do Poder Judiciário e do Ministério Público da União. E, dessa forma, se inteirar sobre todas estas indagações, de forma criativa e instrutiva, por meio do programa Ação Justiça.

Organizado para se realizar no Conjunto Cultural da República – localizado na Esplanada dos Ministérios, no período entre 9h30 e 17h30 - o evento espera grande público do Plano Piloto e cidades satélites, com programação que abrange desde detalhes sobre os órgãos do Judiciário e do MPU e das atividades dos profissionais da Justiça a acesso a serviços de saúde, shows culturais e atendimento odontológico, entre outras iniciativas.

Na prática, o programa consistirá num dia inteiro dedicado ao fornecimento de informações sobre a competência e o funcionamento da Justiça brasileira e suas funções essenciais. Por meio do Ação Justiça, a população terá direito, ainda, a orientação ju-

rídica gratuita e à realização de testes na área de saúde - para conferir níveis de glicose, pressão arterial e colesterol, por exemplo.

Promovido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o evento conta com diversos parceiros, dentre os quais, o Sindjus/DF e entidades como o Banco do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Governo do Distrito Federal (GDF). No local serão instalados vários standes, montados pelas entidades participantes, que terão a missão de explicar o trabalho realizado por cada uma delas, por meio de cartilhas explicativas, vídeos institucionais e o lançamento de campanhas relacionadas ao Judiciário. Também serão distribuídos cinco mil exemplares da Constituição Federal.

A diversão é garantida, ainda, para quem quiser levar os

filhos, num roteiro que envolve brinquedoteca, pintura de rosto, contadores de estória e distribuição de guloseimas para as crianças. Além disso, ao longo de todo o dia serão apresentadas bandas de reggae, rock, música instrumental, música popular brasileira, capoeira, mímica e grupos folclóricos.

## BICENTENÁRIO

Realizado em sua segunda edição (a primeira ocorreu no ano passado), o Ação Justiça faz parte do calendário de atividades do projeto intitulado “Bicentário do Judiciário Independente”, do STF, que envolve uma série de programações até 11 de maio de 2008 – data em que serão completados 200 anos de Judiciário independente no Brasil.

“O Ação Justiça deste ano terá uma dimensão bem mais

ampla que a do ano passado, tanto em termos de envolvimento das entidades, como também de presença do público participante”, informou a assessora da presidência do STF, Leda Bandeira, coordenadora do projeto do Bicentário.

De acordo com a coordenadora, o objetivo de todo esse trabalho é levar o Judiciário para mais perto da população e, ao mesmo tempo, fazer com que a sociedade vá até o Judiciário, numa via de mão dupla. “O cidadão tem o direito de saber como funcionam as instituições. E essa é a principal filosofia da campanha: mostrar a história do Poder Judiciário ao povo e aproximá-lo da Justiça”, acentuou.



# Memória em três tempos

*Iniciadas as filmagens do documentário que trata de três pilares fundadores do Brasil nas obras de: Paulo Freire, Nísia Floresta e Josué de Castro. Projeto é da cineasta Tânia Quaresma com oficinas, músicos de comunidade, alunos da rede pública e grupos de cultura popular.*

TT Catalão

Sítio Bem-Te-Vi, fazenda Santarém, na DF-135, a 40 minutos de Brasília, com um bom pedaço em estrada nua, rumo ao set de filmagens da cineasta Tânia Quaresma. Seu sítio virou acampamento da cidadania nos últimos dias 15, 16, 17 e 18 de novembro para as cenas do documentário que revisita a obra dos pensadores Paulo Freire, Nísia Floresta e Josué de Castro. A diretora fez uma reforma espírito/agrária: abriu as cercas do conhecimento e reuniu na sua terra centenas de participantes para uma reflexão teórica e estética na trilha dos três testemunhos de vida destes grandes brasileiros conhecidos e respeitados em todo o mundo e apaixonados até a raiz pelo Brasil.

O trabalho retoma o plano do Projeto Memória, patrocínio

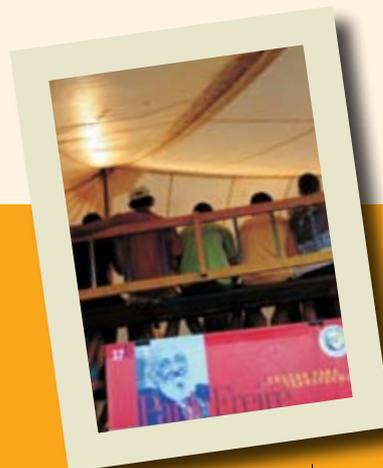
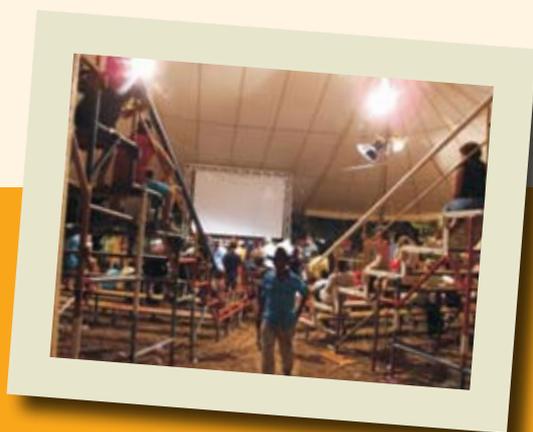
da Fundação Banco do Brasil e Petrobrás, que já lançara DVDs, livros e exposição didática sobre os três. Tânia decidiu amarrar todos em uma só linha por estar diante de três expressões da fome. No conceito central a memória viva pela urgência em recolocá-los nos dias de hoje. As três fomes assim se justificaram na fome do saber libertário de Paulo Freire, na fome de religião com a natureza e valorização da mulher em Nísia Floresta e na fome concreta, infame, vergonhosa, até hoje, por miséria, de Josué de Castro. O projeto começou em 1997 com Castro Alves seguiu com Monteiro Lobato, Rui Barbosa, Pedro Álvares Cabral, JK, Oswaldo Cruz. O Projeto circulou por 800 municípios, 5 mil bibliotecas públicas e 18 mil escolas.

Para o novo documentá-

rio o mote veio das diversas "fomes" que se ampliam e se transmitem em outras para que a plenitude do humano seja atingida. A idéia da educação e da cultura como gêneros de primeiro necessidade e alimentos para a consciência crítica com cidadania. Resolvida a fome material, básica, vem as outras, tão necessárias, embora sutis. A doutora Vera Lessa, professora da Universidade de Brasília encerrou, no sábado, 17, a oficina Paulo Freire com uma palestra na oca do sítio onde ressaltou que "a pedagogia do oprimido foi o primeiro passo da conscientização para daí seguir até a pedagogia da esperança, quando Paulo Freire frisava que os oprimidos, na verdade, é que oferecem uma chance de libertação aos opressores: pelo reconhecimento do

outro, a libertação coletiva e a prática solidária do amor entre as pessoas e outros seres vivos que conosco compartilham a vida na Terra".

O sábado, 17, foi marcado para o registro de cenas com os espetáculos e resultados das oficinas. Nos espetáculos o grupo Seu Estrelo e Fuá de Terreiro apresentou na sua tradicional profusão de ritmos (o samba pisado) uma composição no estilo loa dos maracatus com coro e resposta sobre os três homenageados. Trabalharam um cortejo especial a partir da criação de três estandartes com apliques de motivos da cultura popular que serviram de eixo para a narrativa baseada no fio da memória desfiado e desfilado por uma criança (o menino André Luis, de um assentamento do MST no DF, cuja mãe é





atriz e luta por Reforma Agrária e Justiça Social). A direção musical tem o professor Badu da Escola de Música (coordenador, no Gama, do Projeto Tocando em Frente destinado a adolescentes do Entorno do DF com oficinas práticas de MPB) e o músico Vinícius do Udhiana Banda. Um grupo de teatro de alunos de escolas públicas rurais fizeram o rap da Nísia contra todos os tipos de domínios que o macho ou o Sistema armam para controlar a luta feminina. A direção de imagens é de Valdir DePina e os fotógrafos de cena são Rui e Tomás Faquini. Eis trechos de textos reunidos para o debate dos grupos.

**PAULO FREIRE –  
AULA NA VIDA**

Seu método de alfabetização nasceu dentro do MCP – Movimento de Cultura Popular do Recife – a partir dos Círculos de Cultura, onde os participantes definiam as temáticas junto com os educadores. Nesses grupos populares, ele identificou resultados tão positivos que passou a se questionar se não seria possível fazer o mesmo em uma experiência de alfabetiza-

ção. A educação como prática da liberdade é concebida dentro de um contexto em que o processo de desenvolvimento econômico e o movimento de superação da cultura colonial nas “sociedades em trânsito” que se define pela sociedade sem democracia para uma sociedade em processo de democratização, do ponto de vista do oprimido, na construção de uma sociedade democrática. Freire acredita que a educação tem papel imprescindível no processo de conscientização e nos movimentos de massas. Por considerá-la desafiadora e transformadora, mostra que para alcançá-la são imprescindíveis o diálogo crítico, a fala e a convivência. Educador e educando se movimentam no mesmo cenário, mas as diferenças entre eles acontecem “numa relação em que a liberdade do educando não é proibida de exercer-se”. Essa opção não é, apenas, pedagógica, mas, sobretudo, política, o que faz do educador um político e um artista, jamais neutro.

**NÍSIA FLORESTA –  
VANGUARDA FEMININA**

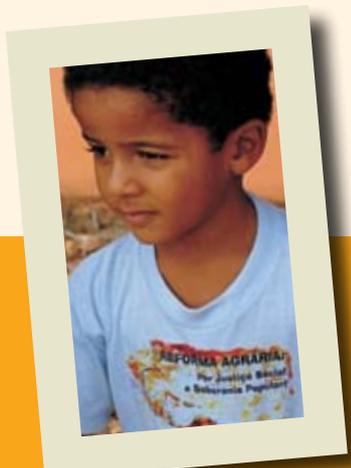
Nascida no Rio Gran-

de do Norte, em 1810, a educadora e escritora Nísia Floresta é considerada a precursora dos ideais feministas no Brasil, tendo publicado, aos 22 anos, o primeiro livro do feminismo na América Latina: “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”. Nísia atuou também contra a escravidão, em favor dos índios e pela desmistificação da imagem do País no exterior, deixando um total de 15 títulos publicados e artigos na imprensa. Morreu aos 75 anos, na França. Segundo seus preceitos, as ações boas se diferenciam das ações más de acordo não somente com os benefícios que trazem ao indivíduo que as pratica, mas também em relação ao que cada atitude causa à coletividade. Baseada nesse argumento, Nísia defende que a valorização da mulher é uma necessidade inerente à própria sociedade e não apenas a elas singularmente. Liderou a luta pelo direito ao voto. Na Europa assinava muitos de seus artigos e livros como “Brasileira Augustata”.

**JOSUÉ DE CASTRO – A  
INDIGNAÇÃO CIENTÍFICA**

Médico, professor, geógra-

fo, sociólogo e político, Josué de Castro fez da luta contra a fome seu testemunho vivo como cientista e ação política. Nascido em 1908, em Pernambuco, Josué defendeu idéias revolucionárias para a época, como os primeiros conceitos sobre o desenvolvimento sustentável. Estudou as causas da miséria. Foi reverenciado em todo o mundo, com livros traduzidos em mais de 25 idiomas e duas indicações para o Prêmio Nobel da Paz. Aos 38 anos, Josué de Castro publica sua obra de maior repercussão, Geografia da Fome. Neste livro, de 1946, Josué analisa “os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos, ligados a determinadas áreas geográficas, procurando, de um lado, descobrir as causas naturais e as causas sociais que condicionaram o seu tipo de alimentação, com suas falhas e defeitos característicos, e, de outro lado, procurando verificar até onde esses defeitos influenciam a estrutura econômico-social dos diferentes grupos estudados. “. O mapeamento da fome no Brasil deixou claro que esta não poderia mais ser atribuída a fenômenos naturais, mas a sistemas econômicos e sociais injustos.



“A Justiça precisa ser pensada como algo mais amplo . Não digo isso no sentido de incentivar as pessoas a fazerem Justiça com as próprias mãos , que é absurdo. Digo no sentido de cada um contribuir um pouquinho para a redução das mazelas negativas observadas nesse país. E, ao mesmo tempo, deixar de lado a mania que o brasileiro tem de só falar em injustiça quando acontece um problema com ele próprio”

## Dia 8 de dezembro dia da Justiça

A Constituição confere aos tribunais o monopólio do poder jurisdicional, ou seja, a competência para administrar a justiça em nome do povo, para satisfação dos seus legítimos interesses. Mas o que o povo pensa dessa administração? Que justiça o povo espera e qual tem sido dada? São legítimos os interesses satisfeitos pelo Judiciário hoje?

Essas perguntas ganham um significado especial nesta edição da Revista do Sindjus posto que no dia 8 de dezembro comemora-se o dia da Justiça. Uma data com tanto significado sugere uma refle-

xão, principalmente, quando os noticiários alardeiam “erros” cometidos por quem tem o poder de dizer o Direito.

Foi assim que muitos receberam, em suas casas, informações de que uma juíza determinou que uma garota de 15 anos fosse encarcerada ao lado de vinte homens, no Pará; que um promotor, acusado de assassinar um jovem a tiros em 2004, teve em seu favor decisão do Ministério Público de São Paulo de mantê-lo no cargo; um juiz, em Minas Gerais, considerou inconstitucional a Lei Maria da Penha (que combate à violência feminina) e outro interrompeu um

processo porque o autor da ação, desempregado, estava de chinelos.

Decisões como essas fortalecem o sentimento de descrença na Justiça. Angústia? Revolta? Impotência? Se o poder emana do povo qual o nosso papel diante de uma injustiça? Os pontos de vista de quem já sentiu a dor na pele são os mais diversos. Passam por caminhos diferentes, adotados por cada um, e por sentimentos como traumas, queixas, decepções. Mas, também, pela esperança de alguns em ver, a partir das reações adotadas, uma situação melhor.



Erik: "Devemos procurar a Justiça sempre que formos lesados"

Os pontos de vista de quem já sentiu a dor na pele são os mais diversos. Passam por caminhos diferentes, adotados por cada um, e por sentimentos como traumas, queixas, decepções. Mas, também, pela esperança de alguns em ver, a partir das reações adotadas, uma situação melhor.

## IMPUNIDADE

Também repercutiu no país a impunidade do jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, condenado pela morte de Sandra Gomide, concedida pela embromação de quase sete anos do Judiciário e tido, atualmente, como um dos episódios mais deprimentes da justiça brasileira - contrariando e afrontando a Constituição em face do poder do dinheiro, da influência, do status quo que impera em nossa sociedade.

Réu confesso, Neves não se conformava com o fato de Sandra ter posto fim a um relacionamento amoroso com ele. Chegou a demiti-la do jornal onde ambos trabalhavam e passou a persegui-la seguida-



Tânia: "Não morri por pouco, com infecção hospitalar".

mente. Mas mesmo depois de julgado e sentenciado, o executivo continua em liberdade. Seus advogados conseguiram um habeas corpus que permitiu a ele aguardar em casa um novo julgamento. Hoje, o pai de Sandra, o aposentado João Gomide deixa claro: "Para mim, a justiça é coisa que não existe".

### SONDA NA LIXEIRA

Embora numa situação bem diferente, a dona de casa Tânia Alves Cardoso Santana, casada, mãe de 7 filhos, moradora de Sobradinho, também foi vítima de injustiça que já a deixou próxima da morte, devido a um erro médico combinado com a precariedade dos serviços básicos de saúde.

Em 2005, ao fazer cirurgia de peritônio num hospital público, em Brasília, Tânia passou a sentir dores insuportáveis poucos dias após receber alta. Ao voltar ao hospital com o marido, teve que introduzir uma sonda na bexiga, para poder

urinar. Só que o médico que a atendeu, colocou a mangueira da sonda numa lata de lixo, que, além de tudo, não estava vazia: continuava recebendo todos os produtos dispensados pelos enfermeiros - tais como seringas usadas, esparadrapos, algodões sujos e demais materiais hospitalares. A desculpa? o hospital não dispunha de sacos específicos para serem adaptados à mangueira da sonda - motivo pelo qual estaria sendo

utilizada a lixeira.

Sua sorte foi um outro médico plantonista, que assim que a viu, criou a maior confusão no hospital e chamou os enfermeiros para resolver a situação. "Quando olharam para a lixeira, meus familiares questionaram, mas o primeiro

### BRASILEIROS NÃO PROCURAM A JUSTIÇA

Tânia Santana figura como mais uma na lista dos que, no final das contas, não denunciaram o caso à Justiça. São situações assim que precisam ser modificadas, como forma

"cada um quer cuidar somente do que é seu e o governo cuidar do que é público". Um segundo estudo, do doutor em psicologia da UnB, Flávio Iglesias, mostra que a apatia dos que não acham importante reclamar não é exclusiva do Brasil: também pode ser



Agência Brasil

médico disse que não haveria nada demais. Segundo as pessoas que me trataram depois, não morri por pouco, com infecção hospitalar", disse ela.

Apesar disso, a dona de casa preferiu não procurar a Justiça. Conforme contou, ela passou tanto tempo debilitada em cima de uma cama, que seus familiares sequer lembraram-se de entrar com ação contra o hospital e o médico responsável pela negligência.

de pressionar Estado e cidadãos a terem mais responsabilidade e, assim, contribuírem para fortalecer o sentimento de Justiça. Tanto é que, hoje, 74% dos brasileiros não reclamam de injustiças cometidas contra si.

Esse percentual é conclusão de trabalho intitulado A Cabeça dos Brasileiros, de autoria do pesquisador e professor Carlos Alberto Almeida, segundo o qual, boa parte da população do Brasil acha que

observada em países como Portugal, Espanha e Itália.

Estudiosos, como o antropólogo Roberto Fernandes, acreditam que esse tipo de comportamento está associado a uma questão cultural que remonta aos tempos do Brasil Império e toma corpo, nas últimas décadas. Principalmente devido ao descrédito das instituições. Para ele, movimentos sociais como o das "Diretas Já", dos "Caras Pintadas" e tantos outros, bem como a

atuação ativa de sindicatos e entidades representativas, são de extrema importância para mudar tal situação.

“Mas é preciso ampliar os movimentos e, principalmente, fazer com que as pessoas que se sentem numa ilha de fantasia, longe dos principais



problemas dos outros, comecem a ter maior proximidade com o que realmente acontece no mundo”, destacou.

Um exemplo que pode ser seguido de perto é o de Erik Iverton Lima, universitário e gerente do restaurante Spoletto, localizado no Setor Comercial Sul. Recentemente, ele teve problemas com uma faculdade particular que não cumpriu o prometido durante o período de matrícula. O acertado seria que Erik não

cursaria lá se fossem ministradas aulas ao sábado. Ciente de que isso não aconteceria, o gerente pagou a matrícula e deixou cheques pré-datados referentes ao pagamento de todo o semestre.

Quando viu que o acordo tinha sido descumprido, procurou a reitoria e resolveu trocar de faculdade. Mas seus cheques continuaram sendo depositados e ele precisou percorrer um longo périplo junto à administração, esperando horas para ser atendido, sem conseguir o ressarcimento.

Recentemente, obteve ganho de causa no Juizado de Causas Especiais, quando a juíza entendeu que a instituição agiu de má fé. Hoje, Erik aconselha a todos que passaram por situação semelhante a fazerem o mesmo. “As pessoas precisam sempre procurar pela Justiça quando se sentem lesadas”, frisou.

#### **NECESSIDADE DE MUDAR E DISTANCIAMENTO SOCIAL**

“A Justiça precisa ser pensada como algo bem maior que esses conceitos tão tradicionais. Não digo isso no sentido de incentivar as pessoas a fazerem Justiça com as próprias mãos não, que seria absurdo. Digo no sentido de cada um contribuir um pouquinho para a redução das mazelas negativas observadas nesse país que incomodam tanto. E, ao mesmo tempo, deixar de lado a mania que o brasileiro tem de só falar em injustiça quando acontece um problema com ele próprio. Pararmos de olhar para nosso próprio umbigo e passar a ver, também, o dos outros”, afirmou a advogada e antropóloga André Guerreiro, do Centro Josué de Castro, em Pernambuco, autora de estudos sobre o tema.

**“Não quero dar a entender que não existe injustiça. As pessoas estão nas ruas com fome, sem moradia, desempregadas, sendo assaltadas e passando por vários tipos de infelicidade. Mas também é preciso, para os que se encontram nesta situação, tentar ir à luta pelos seus direitos. E, para os que estão em situação melhor, compreender que vivemos num macrocosmo cujas ações são resultado do que nós mesmos fazemos cotidianamente. Não dá para só olhar e falar que a culpa é do governo, das empresas ou da crise nas bolsas”.**

Já o teólogo Leonardo Boff vai mais além e destaca que para se pensar em justiça é preciso dar força aos Direitos Humanos e à participação da população, seja em comunidades de base, sindicatos ou associações, para resistir às injustiças, denunciá-las e criar condições para a cidadania. “Precisamos da contribuição de todos neste processo”, enfatizou.

“Não quero dar a entender que não existe injustiça. As pessoas estão nas ruas com fome, sem moradia, desempregadas, sendo assaltadas e passando por vários tipos de infelicidade. Mas também é preciso, para os que se encontram nesta situação, tentar ir à luta pelos seus direitos. E, para os que estão em situação melhor, compreender que vivemos num macrocosmo cujas ações são resultado do que nós mesmos fazemos cotidianamente. Não dá para só olhar e falar que a culpa é do governo, das empresas ou da crise nas bolsas”, ressaltou o professor Roberto Cerqueira, da Universidade de São Paulo (USP).

Estes depoimentos e exemplos levam a uma única necessidade. A de que precisamos construir um Estado de Justiça onde os sem-nenhum-direito, os sem-força, os sem-nada, ou simplesmente os pobres e miseráveis, sejam sujeitos econômicos, sociais e políticos livres, conscientes, autônomos e capazes de expressar seus pontos de vista, tal qual os mais fortes e poderosos. Mas para construirmos esse Estado temos que mudar a prática, o ensino, a visão acrítica e o distanciamento social da Justiça. Antes que seja tarde, precisamos ter a consciência de que cada um de nós é responsável pela justiça.

**JUSTIÇA VIVA, VIVA O DIA DA JUSTIÇA**

# Conciliação para acelerar a Justiça

Imprensa TJ/DF



No DF, os conciliadores são servidores do Judiciário, advogados ou estudantes de Direito.

## Fabiola Góis

As pilhas de processos que se acumulam nos tribunais do país mostram o retrato da Justiça Brasileira. São milhares de casos a serem analisados que enchem as prateleiras dos juizes, mas que poderiam ter tido uma solução rápida caso fosse usado o recurso da conciliação. A prática é defendida por juristas para dar celeridade e desobstruir o Judiciário. Há tribunais que já começaram a investir na instalação de órgãos

de conciliação e mediação de conflitos para solucionar problemas mais simples. A alternativa pode ser boa se for imparcial, pública e ficar claro que não é forçada.

A conciliação é um meio de resolução de conflitos em que as partes confiam a uma terceira pessoa (o conciliador), a função de aproximá-las e orientá-las na construção de um acordo. Os conciliadores são pessoas da sociedade que atuam, de forma voluntária. São nomeados pelos tribunais de Justiça, treinados como

mediadores e realizam as audiências onde as partes em conflito mostram suas razões em busca de um acordo. Na maioria dos casos, é possível chegar a acordo.

No DF, os conciliadores são servidores do Judiciário, advogados ou estudantes de Direito. Eles trabalham por um ano e ganham certificado ao final do trabalho, que conta como tempo de prática jurídica e, no caso dos alunos, como estágio.

Ninguém duvida que a Conciliação possibilita o diá-

logo e torna a Justiça mais efetiva e ágil, com a redução do número de conflitos litigiosos e do tempo para a análise dos processos judiciais. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente, a taxa de conciliação do país ainda é baixa, entre 30% e 35%, enquanto nos países desenvolvidos esse índice chega a 70%.

E para modificar esse quadro e fazer chegar a conciliação a um maior número de pessoas, o CNJ lançou o *Movimento pela Conciliação* –

*Conciliar é Legal*, que pretende difundir uma nova cultura no país para a resolução de conflitos. O projeto utiliza a estrutura administrativa do Judiciário e não depende de aprovação de nenhuma lei nem de investimentos financeiros.

De 3 a 8 de dezembro deste ano, Tribunais de Justiça de todo o país participam da Semana Nacional da Conciliação. O objetivo é realizar 200 mil audiências. O Movimento tem o apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe)

**O último Dia Nacional da Conciliação teve mais de 50 mil audiências no país, com um índice médio de 54% de acordos.**

e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

A coordenadora do Movimento no CNJ, conselheira Andréa Pachá, entende que a conciliação proporciona a paz. "Não há nada melhor para construir um ambiente de pacificação social do que o juiz atuando como conciliador", disse.

Segundo ela, este ano a novidade será o acompanhamento diário dos resultados da campanha. Com o apoio de um sistema de apuração de resultados desenvolvido pelo CNJ, os Tribunais cadastrarão em tempo real o resultado das

audiências que serão remetidos ao CNJ.

No Distrito Federal, o Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) participará pela quarta vez do Movimento com o Mutirão da Conciliação nos Juizados Especiais Cíveis. A Coordenação Geral dos Juizados Especiais Cíveis do DF, que organiza o evento no DF, estima que serão realizadas 4.930 audiências de conciliação durante toda a semana. Para isso, o TJDFT conta com a participação de 1.064 conciliadores, 260 servidores e 114 estagiários.

### ACORDOS FIRMADOS

No ano passado, o Dia Nacional da Conciliação contabilizou a realização de mais de 50 mil audiências em todo o país, com um índice médio de 54% de acordos firmados. Participaram 27 Tribunais de Justiça, 23 Tribunais Regionais do Trabalho e cinco Tribunais Regionais Federais.

No Distrito Federal, o evento teve 1.609 audiências designadas, das quais 816 foram realizadas e 523 terminaram em conciliação, resultando em um percentual de 64,09% de acordos. O destaque dentro do DF foi para a Circunscrição Judiciária de Planaltina, que teve 93,75% de suas audiências terminando em conciliação, enquanto a Circunscrição do Paranoá foi a que teve menos acordos, com apenas 20%.

O Juiz Flávio Fonseca, Coordenador dos Juizados Especiais Cíveis do TJDFT, afirma que as tentativas de conciliação nos Juizados evoluíram muito nos últimos anos. E o percentual de resolução de conflitos no DF sem a necessidade de levar o processo até o final, ao contrário do restante do país, chega a quase 70%.

Segundo o magistrado, a

Imprensa TJDFT



Para o juiz Flávio Fonseca, as tentativas de conciliação evoluíram.

conciliação devolveu ao cidadão a autonomia da decisão de solucionar seus problemas. "Isso é muito importante. A conciliação devolve à parte a auto-determinação de sua vida. Ela percebe que pode resolver seus problemas e evita que a decisão seja feita por um juiz", disse.

Os Juizados Especiais Cíveis foram instituídos pela Lei 9099/95 e, no início, o índice de acordos era baixo. O cidadão buscava o Juizado para resolver seus conflitos, mas confiava ao juiz a decisão. Nos últimos anos, essa cultura mudou. "Cidadãos, juizes e advogados amadureceram neste processo e perceberam

que a conciliação é o melhor caminho na construção da cidadania", destacou o Juiz Flávio Fonseca.

Em tese, explica o juiz Flávio Fonseca, todas as ações são passíveis de acordo. "Ainda há resistências por parte de algumas empresas. Há casos no DF de uma empresa de telefonia que nunca aceitou a conciliação", contou. Segundo o magistrado, os Juizados Especiais foram montados em cima da prática conciliadora. "Há 10 anos, era impossível isso acontecer. Mas deu tão certo que os juizes passaram a aceitar melhor a conciliação e perceber a importância que ela tem para a Justiça", destacou.

## 2º Concurso Literário Raquel de Queiroz

O Sindjus lançou no dia 26 de outubro a 2ª edição do Concurso Literário Raquel de Queiroz, a fim de incentivar o surgimento de novos nomes no cenário literário e fomentar a produção dos escritores do judiciário e do MPU.

O 1º Concurso Literário Raquel de Queiroz foi promovido pelo Sindjus em 2004. Participaram 135 filiados, com obras nas categorias poesia, conto e crônica. O concurso possibilitou a elaboração de um livro com as obras vencedoras, de excelente qualidade, distribuído aos filiados.

O sucesso da 1ª edição foi um dos motivos que levou a diretoria a apresentar à categoria o 2º Concurso Literário. Além disso, homenagear Raquel de Queiroz, escritora-símbolo da mulher brasileira, é objetivo do Sindjus, ressaltando que a escritora já foi citada como "a figura feminina mais importante do Brasil no século passado", conforme afirmou Alberto da Costa e Silva, presidente da Academia Brasileira de Letras

de 2002 a 2003.

Jean Loiola, servidor do MPDFT, vê como de fundamental importância o Sindjus promover Concurso Literário, assim como outras ações culturais. "Parte da categoria tem muita afinidade com áreas culturais. Temos muitos escritores e músicos amadores. O trabalho no Ministério Público e no Judiciário dificulta a profissionalização. Por isso o Sindjus, ao promover o Concurso Literário, está estimulando e facilitando que bons escritores possam tornar-se conhecidos e talvez iniciar a carreira profissional."

Acreditamos que o Concurso Literário vai além. Possibilita que os participantes possam transbordar a poesia, colocando-a em suas ações práticas, suas atitudes; e, para isso, é preciso conhecer e reconhecer a arte literária.

Para informações específicas sobre o concurso literário acesse o portal do Sindjus na internet e clique no banner com a imagem da Raquel de Queiroz à direita da página principal.



RAQUEL DE QUEIROZ

## Raquel de Queiroz também participou de concurso literário

**E**m fins de 1930 estreou com o romance "O Quinze", com inesperada repercussão no Rio de Janeiro, então capital do país, feito impressionante para uma desconhecida escritora nordestina de apenas vinte anos de idade.

Assim projetou-se na vida literária do país agitando a bandeira do romance de fundo social, profundamente realista na sua dramática exposição da luta secular de um povo contra a miséria e a seca, inaugurando assim, o fecundo e importante ciclo do romance nordestino.

A crítica da época foi unânime em seus aplausos, e todas essas opiniões favoráveis foram ratificadas com outorga do prêmio da "Fundação Graça Aranha" que lhe foi concedido em 1931.

### Poesia vencedora do 1º Concurso Literário Raquel de Queiroz

#### Eu explodi

#### Dulcinéia de Souza Paiva

Eu explodi: Big-Bang  
 Sou partículas  
 de mim mesma.  
 Morro, nasço e renasço  
 a trezentos zilhões de quilômetros por hora.  
 Espalho o universo pelo mundo...  
 Explodo em multidão de cores e  
 população de risos.  
 E concordo com Platão:  
 Os poetas devem ser expulsos da cidade!  
 Eles encontram vida nos lábios da morte!  
 Exaltam os pés do mendigo!  
 E amam a gota de orvalho  
 que cai do olhar do bêbado!  
 O poeta, de fato, não sabe aonde vai,  
 e, no entanto, permite-se escoar pelo  
 mundo do insano e do sagrado.  
 Ele reluz dentro dos próprios olhos e é  
 louco amante das palavras justamente  
 por Nunca poder alcançá-las para o  
 simples gesto de beijá-las meigamente a  
 face...

## Para você, o que é Justiça?

*Conceito precisa ser fortalecido e trabalhado a partir das atitudes cotidianas das pessoas..*

O conceito de Justiça, latente no coração de cada um de nós, apesar de nos últimos tempos ter recebido tantas interpretações, passa pela colaboração de todos. “Há necessidade de uma pressão política e social de baixo para cima, em busca de uma associação entre governo e sociedade para diminuir os níveis de injustiça”, ressaltou, recentemente, o teólogo Leonardo Boff.

Um dos expoentes da Teologia da Libertação e criador do Centro de Defesa dos Direitos

Humanos no Brasil (CDDH), Boff costuma destacar que “a cidadania plena, o respeito integral a todos os direitos da pessoa humana e a existência de condições materiais, sociais, políticas e culturais que se perpetue nas próximas gerações, passa pela construção de uma sociedade humana verdadeiramente democrática e participativa que reconheça a diferença e os direitos das minorias, e que seja visceralmente solidária e fraterna”,

É essa construção, de uma

sociedade mais equitativa, primordial para o equilíbrio entre os povos, que garanta a equidade e a ética social, que precisa ser pensada quando se fala em Justiça, atualmente. E foi na tentativa de buscar, entre os servidores do Judiciário e do MPU no Distrito Federal o que consideram, verdadeiramente, esse sentimento de Justiça que o Sindjus dedicou o tema à enquete desta edição.

Como não poderia deixar de ser, vários dos entrevistados destacaram a importân-

cia da participação de todos nesse processo. Seja como remédio para o caos social, como forma de pacificação, como modo de se chegar ao fortalecimento da democracia ou, simplesmente, como um caminho para lutarmos pelos nossos direitos e atingirmos a satisfação pessoal ou coletiva, conforme pode ser observado aqui. O que mostra que, mais que um significado específico, os vários conceitos da palavra Justiça precisam ser trabalhados e buscados passo a passo.



### **Vilma Sousa Matos, técnica judiciária do Fórum do Guará**

Dar à pessoa aquilo que lhe é de direito. Fazer justiça, às vezes, é muito difícil. Do ponto de vista processual, seguimos tudo o que temos que fazer, mas não é sempre que se faz justiça.



### **Adriana Ponte Marques, técnica judiciária do Fórum do Núcleo Bandeirante**

É um meio para as pessoas adquirirem aquilo a que têm direito, aquilo que buscam. No papel, é legal falar. Na prática, às vezes as coisas funcionam de forma diferente. É importante que as pessoas saiam dessa área abstrata sobre o que é justiça e consigam realmente resolver, na prática, os interesses de quem procura a Justiça.



### **Alexandre Freitas, técnico judiciário do TRT-10 – Vara trabalhista de Taguatinga**

É a satisfação de se resolver questões relacionadas aos interesses das pessoas, principalmente os menos favorecidos, para que lhes seja dada uma oportunidade de viver com dignidade e em condições razoáveis no tocante a setores como educação e saúde.



### **Roberta Rodrigues, técnica administrativa do MPDFT**

Para mim, justiça é o Ministério Público. Hoje em dia é o único órgão com o qual a gente pode contar.



### **José de Anchieta, técnico judiciário do Fórum de Taguatinga**

O sentido de justiça está associado ao de comunidade. Um fórum como o nosso, por exemplo, é o primeiro local que a comunidade procura para resolver seus problemas.



### **Cristiano Alves, analista judiciário do Fórum do Guará**

Justiça, para mim, é um remédio que a sociedade tem para resolver os conflitos das pessoas. É um sentimento de pacificação social.



**Aruda Pires Lima, técnico judiciário do Fórum do Núcleo Bandeirante**

É atender às necessidades de quem procura a Justiça. Sempre que a pessoa procura justiça é para sanar algum dano sofrido. Ao contrário da lei, de repente se procura justiça em algo que as leis não podem garantir. Resta saber se isso realmente é justo.



**Flávia Mafra, técnica judiciária do TRT-10 – Vara trabalhista de Taguatinga**

Justiça é dar a cada um o que é seu de direito. É tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual com o amparo da lei, numa maneira de fazer com que estes últimos também consigam receber o que é seu de direito, em meio a tanta exclusão social.



**Ivan Cláudio Pereira Borges, analista judiciário do Fórum de Taguatinga**

A justiça implica em várias perspectivas, mas podemos assumir a lição antiga do filósofo Aristóteles, que entre outros detalhes, afirmou que se trata de um estado de equilíbrio entre os diversos interesses.



**Simone Magalhães, técnica administrativa do MPDFT**

Justiça é realização plena da convivência humana, pois é essa justiça que garante um estado de boa convivência entre as pessoas.



**Geraldo Felipe de Souto Silva, técnico judiciário do Fórum do Guará**

A primeira coisa que me vem à cabeça, quando penso no conceito de justiça, é a paz social.



**Lúcio Ramos dos Passos, técnico judiciário do Fórum do Núcleo Bandeirante**

É a igualdade entre os homens, aquilo que se busca. A justiça serve para fazer com que os homens se sintam iguais, com que eles mereçam igualmente saúde, educação e acesso ao Judiciário.



**Shirlei Luci Duarte, analista judiciária do Fórum de Taguatinga**

Justiça é igualdade no tratamento das pessoas. Aqui, no tribunal do júri, tentamos ao máximo tratar as pessoas com igualdade. Mas às vezes as pessoas não têm o retorno que esperavam.



**Osmar Emídio de Sousa, técnico judiciário do TRT-10 - Vara trabalhista de Taguatinga**

É dar o que é de direito às pessoas. Justiça é a busca do equilíbrio entre os interesses individuais e coletivos.



**João Ricardo Viana Costa, analista judiciário do Fórum do Guará**

Justiça está relacionada a democracia. Tanto que o primeiro ato dos tiranos para derrubar uma democracia é atacar e enfraquecer o Poder Judiciário.



**Antonione de Torres Ferreira, técnico judiciário do TRT-10 - Vara trabalhista de Taguatinga**

Justiça é atender aos interesses das partes, não esquecendo dos interesses coletivos.



**Meire Aparecida de Oliveira, técnica judiciária do Fórum do Núcleo Bandeirante**

É ter seus direitos reconhecidos e fazer valer esses direitos.



**José Juventino Pereira, técnico judiciário do Fórum de Taguatinga**

Vejo como um meio de defender as pessoas. Sem a Justiça o país pára. O que é injusto? A fome, a pobreza... todos merecem ter condições mínimas de moradia, alimentação, educação e saúde.



**Karla Santana, técnica judiciária do Fórum do Núcleo Bandeirante**

Justiça, na minha opinião, tem a ver com serviço social. É preciso buscar a satisfação dos direitos do cidadão.



**Célia Freitas, técnica judiciária do Fórum de Taguatinga**

Justiça é quando se consegue promover a paz social. Só que, às vezes, quem perde uma causa acha que foi injustiçado.

# Declaração dos Direitos Humanos faz 60 anos em 2008

*Apesar dos avanços, muita ainda precisa ser feito em todo o mundo*

**“Todos os Direitos Humanos – o direito à expressão, ao voto, à alimentação, ao trabalho, à saúde, à alimentação – são importantes para os mais pobres, porque a destituição e a exclusão estão mescladas à discriminação, ao acesso desigual a recursos e oportunidades e, também, ao estigma social e cultural”**

Neste dia 10 de Dezembro, será dada a largada oficial para as preparações e comemorações, no próximo ano, dos 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. Preparações porque, apesar dos avanços, o cumprimento às normas estabelecidas pelo documento muito deixa a desejar, ainda, não apenas no Brasil como em diversas nações. Ao longo desse período (de 1948 até agora), todos os países já ratificaram pelo menos um dos nove tratados de Direitos Humanos no mundo, enquanto 80% deles ratificaram ao menos quatro tratados. Mas a verdade é que, diariamente, direitos fundamentais dos indivíduos continuam sendo desrespeitados – na rua, em casa, no trabalho e entre os semelhantes.

Por conta disso, diversas entidades dão início, este mês, a uma campanha que tem como objetivo, avaliar a ratificação dos principais temas que dizem respeito ao documento e, dessa forma, melhorar a eficácia e visibilidade dos princípios da Declaração, conforme informações da própria Organização das Nações Unidas (ONU). Recentemente, um grupo de países da América Latina propôs a aplicação de um tratamento ao sistema de Direitos Humanos da ONU de forma a modernizar as funções de promoção e proteção dessas

garantias fundamentais, a partir da aprovação de um conjunto de metas nessa categoria de direitos, para aplicação voluntária pelos Estados.

O grupo é formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Nicarágua, Honduras, Panamá e Haiti. “A iniciativa não envolve a criação de novos instrumentos nem de reforma dos existentes. E sim, a atualização destes princípios conforme a realidade atual”, explicou um dos representantes do Brasil no encontro da ONU, Sérgio Florêncio. A preocupação tem razões de ser.

Afinal, mesmo depois que a comunidade mundial criou, sete anos atrás, o programa Objetivos do Milênio (ODMs), que tem como proposta definir metas concretas dos países para erradicar a pobreza e a marginalização até o ano 2015 – o que contribui sobremaneira para permitir Direitos Humanos para todos - estatísticas oficiais mostram que tais metas correm o risco de não serem cumpridas até o prazo estipulado em várias partes do mundo. As metas envolvem desde a redução pela metade do número de pessoas pobres no mundo até o fim da propagação do HIV/AIDS e o ensino primário universal, entre outros propósitos em matéria de desenvolvimento.



**VONTADE POLÍTICA**

O que, na opinião de especialistas como a advogada Louise Arbour, alta comissária das Nações Unidas, reflete “a falta de vontade política por parte dos governos para o tema, de recursos e, sobretudo, de uma melhor compreensão da relação entre pobreza e abuso”.

“Todos os Direitos Humanos – o direito à expressão, ao voto, à alimentação, ao trabalho, à saúde, à alimentação – são importantes para os mais pobres, porque a destituição e a exclusão estão mescladas à discriminação, ao acesso desigual a recursos e oportunidades e, também, ao estigma social e cultural”, enfatizou Arbour em texto publicado no início do mês, no jornal Folha de São Paulo.

Dentre as metas a serem propostas nesta campanha,

fazem parte o pedido dos países latino-americanos aos Estados Unidos para que promovam a ratificação de alguns instrumentos jurídicos básicos de direitos humanos, tais como pactos e convenções que regulam direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das mulheres, das crianças e dos trabalhadores imigrantes, entre outros. E, ainda, a elaboração, em cada país, de um programa nacional de direitos humanos e a criação de órgãos nacionais responsáveis por essas garantias, conforme as disposições adotadas pela Declaração e Plano de Ação da Conferência Mundial de Viena de 1993.

Por fim, o terceiro objetivo da campanha diz respeito ao estabelecimento de um contexto legal e institucional em cada nação que possa vir a garantir a promoção e proteção dos Direitos Humanos, incluindo a eliminação da tortura e de outros tratamentos tidos como degradantes. Nos quais, pode ser perfeitamente incluído como exemplo, o caso da adolescente que ficou presa numa cela com vários homens no Pará, tendo sido estuprada constantemente até ser libertada. Em função de situações que mostram tamanho nível de desrespeito à Declaração, os países seriam igualmente convidados a realizar uma avaliação das necessidades e ações necessárias para eliminar questões como racismo, discriminação racial, a xenofobia e intolerância - incluindo formas agravadas e múltiplas de discriminação.

**LUGAR MAIS JUSTO**

O conjunto definitivo destes objetivos voluntários será elaborado por um grupo de trabalho de integração aberta, a ser criado este mês, pela ONU. A intenção dos autores do projeto é que as conclusões deste trabalho sejam examinadas pelo Conselho em setembro de 2008,

para que os próximos objetivos sejam proclamados no dia 10 de dezembro – quando a Declaração completa 60 anos.

Na prática, a campanha que se inicia se propõe a planejar tudo o que for possível para transformar o mundo num lugar mais justo e com maior equidade social. “Se passarmos a fazer uma aproximação mais compreensiva dos Direitos Humanos, não vamos discutir apenas impressões equivocadas e mitos que rodeiam os mais pobres. Mas, também, ajudar a achar meios sustentáveis e justos para o fim da pobreza”, contou a advogada Louise Arbour. Para quem, independentemente de problemas econômicos, os países podem tomar medidas imediatas para lutar contra a pobreza. “Atacando a discriminação, por exemplo, removem-se barreiras de participação no mercado de trabalho e dá-se às mulheres e às minorias, maior acesso a empregos”, enfatizou a advogada.

**DADOS LASTIMÁVEIS**

Segundo dados da ONU, 1 em cada 7 pessoas em todo o mundo, continuam sofrendo com a fome todos os dias. Motivo que faz com que - destaca Arbour - proteger e dar poder aos mais pobres precisa se transformar num motivo urgente para honrar o espírito e a promessa de dignidade para todos contida na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relatório da Anistia Internacional datado de 2004 afirma que foram constatadas violações dos Direitos Humanos em 141 dos 185 países das Nações Unidas. Em 55 países há a prática de execuções extrajudiciais e em outros 40, vigora a pena de morte. Há, ainda, torturas e maus tratos em 117 países e há casos de desaparecimento em 31 dessas nações. Questões a se pensar e a avaliar sobre as formas de colaborar para evitá-las.



*Reunião de cúpula da ONU: de 1948 até agora, todos os países ratificaram apenas 1 dos 9 tratados de Direitos Humanos. Ainda falta muito mais, avaliam especialistas.*

# Recife, Roma, Praga... Viajar sempre.

*Hora de arrumar malas e curtir as férias de verão*

**FABIOLA GÓIS**

**P**orto de Galinhas, Serra Gaúcha, República Checa, Egito. Os servidores do Judiciário são bem ecléticos quando o assunto é viajar. Seja de ônibus, trem ou avião, o que importa é deixar de lado o estresse do trabalho e partir para conhecer e desfrutar os prazeres que só mesmo se consegue quando as pessoas estão longe do lugar onde vivem cotidianamente. O Sindjus/DF procurou saber com servidores e agentes de viagens quais os destinos mais procurados, dicas de viagem e as promoções de final de ano. A conclusão é a seguinte: Nordeste continua sendo a grande sensação nas férias e o ideal é planejar cada momento da viagem.

A dica da analista judiciária do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Catarina Nogueira Franca é não deixar para a última hora a escolha de hotéis ou pousadas. Ela viajou em outubro para Alemanha, República Tcheca, Itália e França e descobriu que é muito cansativo procurar um lugar para dormir depois de passar o dia inteiro caminhando e conhecendo as cidades.

Catarina e o marido optaram por não reservar vagas nas hospedagens do Brasil.

"Achávamos que ficaria mais caro se pagássemos aqui, mas não tivemos pique de procurar o que valia mais à pena nos lugares onde parávamos", confessa.

*Praias como a de Boa Viagem (Recife/PE), no Nordeste, continuam sendo a grande sensação dos destinos turísticos nas férias.*

Para Catarina, o ideal é planejar cada detalhe da viagem. Cada país tem uma peculiaridade e, como no Brasil não se comenta muito sobre lugares como Praga, o turista acaba deixando de conhecer monumentos e locais que se diferenciam pela riqueza histórica.

Em Ostrov, na República Checa, a servidora cita a arquitetura do local com uma grande dica. "Nós, que moramos em Brasília, podemos ver a influência da cidade na obra de Oscar Niemeyer", diz. Já na Alemanha, ela ficou impressionada com a beleza do Castelo de Neuschwanstein, construído na segunda metade do século XIX. A arquitetura do prédio serviu de inspiração ao "castelo da Cinderela".

Já Fabrício Azevedo, também analista judiciário do STJ, escolheu passar o mês de outubro no Egito e em Israel. A intenção da viagem foi fazer turismo religioso com um grupo ecumênico. Um padre ortodoxo-grego de Brasília organizou a viagem de 30 dias para que os seguidores pudessem conhecer um pouco mais da história, principalmente do Cristianismo.

## EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA



Catarina Nogueira e Fabrício Azevedo adoram viajar.

Mas nesses lugares, Fabrício percebeu também que qualquer experiência fora do país é enriquecedora. "Passamos a enxergar o mundo à nossa volta de outra forma. Você passa a ter uma visão diferente das coisas", comenta.

O analista disse ter ficado surpreso com o tamanho do Cairo, no Egito. A idéia que ele fazia antes é de que era uma cidade pequena. As pirâmides também atraíram sua curiosidade. "É incrível olhar para a grandiosidade das obras e perceber que aquilo é o resto de uma civilização", destaca.

Algumas agências de viagens que trabalham diretamente com servidores do Judiciário oferecem facilidades, tais como vantagens financeiras e em serviços.

Em algumas delas, os agentes vão até o local de trabalho do servidor e dividem em até 10 vezes sem juros o preço dos pacotes. Segundo agentes de viagem, a Serra Gaúcha é um dos destinos mais visitados. A região tem 24 municípios no interior do Rio Grande do Sul. Gramado e Canela são os mais procurados. Mas o Nordeste ganha em disparada quando o assunto é Verão.

Procuradas por aqueles que adoram sol, praia e descontração, capitais como Recife, Fortaleza e Salvador enchem os olhos de quem quer relaxar. É o que fará em janeiro o servidor Paulo Chaves. Ele contactou uma agência para saber as opções de preço

para passar uma semana em Maceió (AL). Paulo Chaves conta que já foi a Fortaleza e Natal. "Gosto muito do Nordeste pela descontração dos moradores e receptividade com que nos recebe. As praias são muito boas. É uma excelente opção para desestressar do trabalho e retornar bem quando as férias acabarem", afirma.

O Governo Federal não tem, ainda, um programa ou plano de incentivo ao turismo destinado aos servidores públicos, como faz com o pessoal da Melhor Idade para a baixa temporada. Mas o Ministério do Turismo planeja incrementar o turismo dos funcionários do Judiciário, Executivo e Legislativo.

O Ministério do Turismo planeja incrementar o turismo dos funcionários do Judiciário, Executivo e Legislativo.

do, o cliente conta com a proteção da lei: o Código de Defesa do Consumidor determina a reparação por prejuízos e danos decorrentes de serviços em desacordo com a oferta ou mesmo inadequados. O prazo para reclamar é de até 30 dias após o término da viagem, sendo necessário fazê-lo por escrito, com cópia protocolada.

## Confira algumas dicas e orientações do Procon para aproveitar os momentos de lazer:

- Os pacotes de viagens são uma boa opção pela economia e comodidade que oferecem.
- As agências ou operadoras possuem dois tipos. Nos pacotes individuais há maior liberdade de programação porque a hospedagem e as empresas de transporte são previamente contratadas, com as datas de partida e chegada já estabelecidas. Na excursão, por ter uma programação agendada, os roteiros e seus horários (além da hospedagem e transporte) são fixos. Além disso, é necessário um número mínimo de pessoas para montar o grupo.
- Faça uma consulta a respeito da empresa que oferece o serviço. Consulte amigos e parentes sobre a qualidade e atendimento.
- Uma vez escolhida a empresa e o pacote, todos os termos devem ser estabelecidos por escrito. Atenção às cláusulas que abordam a possibilidade de alterações nos hotéis, passeios, taxas extras e transportes.
- Se o passeio não transcorrer conforme o acertado, o cliente conta com a proteção da lei: o Código de Defesa do Consumidor determina a reparação por prejuízos e danos decorrentes de serviços em desacordo com a oferta ou mesmo inadequados. O prazo para reclamar é de até 30 dias após o término da viagem, sendo necessário fazê-lo por escrito, com cópia protocolada.

# Eu vou me divertir nesta festa, e você?

Simples atitudes que podem mudar o mundo.

[www.atitudetenhasua.org.br](http://www.atitudetenhasua.org.br)



**Titãs**



**Araketu**

 **atitude**  
TENHA A SUA!

Uma iniciativa



**SINDJUS-DF**

Na portaria haverá  
conferência eletrônica.

## 14/DEZ/2007 - 22h

# Camping Show